

CAPÍTULO 8

Estudar o futebol feminino na França: das recomposições da disciplina esportiva à renovação de suas análises

Camille Martin

ENS de Lyon, França

O interesse das Ciências Sociais pelo futebol feminino não é recente na França, mas vem passando por uma importante renovação, impulsionada pelas reestruturações que afetam a disciplina. De fato, desde o início dos anos 2010, as práticas femininas têm entrado na agenda da Federação Francesa de Futebol (FFF), obtendo uma maior visibilidade tanto na instituição quanto nos clubes e na esfera pública. Diante dessas significativas transformações, que impactam concretamente as experiências esportivas das jogadoras, os questionamentos sociológicos vêm se reorientando em termos temáticos e conceituais. Este capítulo tem por objetivo apresentar essas mudanças e propor um panorama — que não pretende ser exaustivo — das produções recentes das Ciências Sociais a respeito do futebol feminino.

1. O AMBIENTE ESPORTIVO E INSTITUCIONAL DO FUTEBOL FEMININO EM RECOMPOSIÇÃO

1.1. O DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL FEMININO NA AGENDA FEDERATIVA

Embora o reconhecimento institucional e a responsabilidade pelas práticas femininas por parte da FFF remontem aos anos 1980, a partir de 2011 houve uma mudança significativa. Uma política proativa de desenvolvimento do futebol feminino foi colocada na agenda, sob a forma de um “plano federativo de feminização”. Esse plano corresponde em parte – antecipando-as¹ – às exigências do Ministério dos Esportes, que delega às federações esportivas credenciadas a responsabilidade de implementar a política esportiva nacional. Assim, é necessário introduzir o Estado na análise para refletir sobre os rumos e os desafios dessa política federativa.

Desde sua implementação, o plano de feminização teve objetivos variados: aumentar o número de mulheres federadas (jogadoras, árbitras, treinadoras, voluntárias), fortalecer a presença feminina nas instâncias dirigentes da federação e melhorar o nível das jogadoras de elite. Recursos adicionais foram alocados para as práticas desportivas femininas em todas as categorias e reformas foram ini-

1 De fato, foi apenas a partir de 2013 que o ministério responsável pelos esportes passou a exigir das federações delegatárias o estabelecimento de uma política de feminização, integrando-a às convenções de objetivos que orientam suas atividades.

ciadas nos regulamentos das competições para tornar a prática mais atrativa às mulheres de todas as idades e níveis. O plano também levou ao recrutamento de mulheres para altos cargos na hierarquia da federação. Campanhas de divulgação direta foram realizadas, tanto localmente nos clubes quanto em nível nacional, por meio da intensificação da presença na mídia da seleção feminina principal e da unificação da identidade visual com a da seleção masculina. Desde os anos 2010, as principais competições internacionais são transmitidas pela televisão; os principais jogos do campeonato da primeira divisão são transmitidos desde 2016. Por fim, a federação pleiteou e obteve o direito de sediar a Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2019, e o evento foi marcado por uma campanha de divulgação da seleção e da modalidade (em parceria, sobretudo com estabelecimentos escolares).

De modo geral, a FFF buscou uma simetria entre as práticas femininas e masculinas: hoje, ambas são — ao menos teoricamente — administradas pelos mesmos funcionários. Esses profissionais são treinados para atuar nas diferentes frentes de desenvolvimento do futebol feminino e incentivados a tratá-lo como uma prioridade profissional. Assim, é o próprio lugar simbólico do futebol feminino dentro da instituição federativa que vem sendo promovido com essas transformações.

1.2. UM AUMENTO SIGNIFICATIVO NO NÚMERO DE MULHERES FEDERADAS

A intensificação do compromisso da FFF com o desenvolvimento do futebol feminino parece, de fato, estar surtindo efeito, dado o expres-

sivo aumento do número de atletas federadas, sobretudo a partir de 2012. Se em 1992 a federação registrava cerca de 37 mil federadas, em 2024 esse número aumentou para mais de 240 mil atletas — quase 6,5 vezes. Esse crescimento contrasta com a estagnação relativa do número de homens federados, que se manteve em torno de 1,8 milhão no mesmo período. Em 1992, as mulheres representavam menos de 2% das inscrições federadas; em 2024, esse número chega a quase 10%. Embora essa tendência seja antiga, os esforços da FFF a partir dos anos 2010 claramente tiveram impacto. O aumento dos efetivos é particularmente significativo a partir de 2012, ano seguinte ao lançamento do plano federativo de feminização: entre 2012 e 2020, as taxas de crescimento anuais ficaram em torno de 10% em média (nesse mesmo período, os efetivos masculinos permaneceram relativamente estáveis).

Essas mudanças quantitativas têm efeitos diretos na prática do futebol pelas mulheres. As jogadoras mais jovens, que podem integrar equipes masculinas até os 14 anos, estão cada vez menos isoladas nesses grupos: a grande maioria dos clubes que acolhem crianças já conta com meninas entre seus jovens federados. A presença mais expressiva de meninas permite formar equipes femininas ou ao menos grupos femininos pontuais, em todas as faixas etárias, possibilitando momentos de prática em contextos não mistos. O maior número de equipes também permite a organização de competições por nível esportivo, aumentando o interesse competitivo da modalidade. O crescimento da presença feminina entre os jogadores amadores teve efeitos concretos na melhoria das condições de prática,

além de efeitos mais simbólicos, ao ampliar a visibilidade geral das mulheres nos clubes e estádios de futebol.

1.3. UMA DINÂMICA DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL FEMININO DE ELITE

No futebol de elite, de alto rendimento, o fenômeno mais marcante dos últimos anos é a profissionalização da primeira divisão feminina. Formalmente, a categoria de jogadora profissional foi estabelecida em setembro de 2024. Antes disso, algumas jogadoras já eram remuneradas contratualmente (e não apenas informalmente) por clubes da primeira e da segunda divisão, sem o estatuto profissional. Essas atletas atuavam sob um “contrato federativo”: contratos padronizados e simplificados, originalmente criados para a contratação formal de jogadores (homens) em clubes que não possuíam o estatuto de profissionais.² Nesses contratos federativos, as remunerações apresentavam grande variação, indo de algumas centenas de euros para jogadoras em regime de tempo parcial (embora atuando em tempo integral) até dezenas de milhares de euros mensais para atletas renomadas de clubes de primeira divisão que se beneficiam dos recursos das equipes principais masculinas.

2 Esse estatuto profissional é reservado aos clubes cuja equipe principal masculina atua nas duas primeiras divisões nacionais (*Ligue 1* e *Ligue 2*). Essas divisões são administradas pela Ligue de Football Professionnel (Liga de Futebol Profissional), uma associação distinta da FFF, mas que atua sob sua supervisão. Assim, há jogadores que atuam sob contrato federativo nas duas divisões inferiores.

Em julho de 2024, foi criada a Liga Feminina de Futebol Profissional, responsável pela gestão das duas primeiras divisões femininas nacionais, seguindo o modelo da Liga de Futebol Profissional masculino. Isso abriu caminho para o acesso das jogadoras aos sindicatos de atletas profissionais, embora a temporada 2024-2025 tenha começado sem uma convenção coletiva específica, com negociações previstas até o início da temporada seguinte. O salário-mínimo das jogadoras, ligeiramente superior ao salário-mínimo nacional (SMIC), também foi estabelecido pelo acordo setorial relativo ao esporte profissional. A situação das jogadoras de alto rendimento se estabiliza econômica e juridicamente, somando-se ao aspecto simbólico da conquista do estatuto profissional. Mesmo que os salários ainda estejam longe dos de seus homólogos masculinos, os mais altos chegam a 50 mil euros brutos mensais na temporada 2024/2025. Além disso, oito clubes receberam autorização para abrir centros de formação para jovens jogadoras de elite, que agora podem ser remuneradas contratualmente durante a formação.

Nesse cenário, o futebol passa a ser visto como uma via de profissionalização para jovens promissoras, perspectiva que introduz questões econômicas nas carreiras dessas atletas e influencia escolhas esportivas e escolares. Mais amplamente, a profissionalização do futebol feminino também impulsiona o desenvolvimento de uma economia em torno da categoria, para além da simples remuneração das jogadoras. De fato, a profissionalização (em termos legais) exige um acompanhamento técnico e médico especializado dessas atletas. Embora esse acompanhamento possa ser compartilhado com o

das outras equipes de elite (masculinas) dos clubes, ele pode exigir a contratação de funcionárias dedicadas exclusivamente às jogadoras. Além disso, a crescente comercialização do espetáculo esportivo feminino envolve a contratação de equipes responsáveis por essas funções comerciais.

Embora o futebol feminino de elite ainda não desperte o mesmo entusiasmo que o futebol masculino, sua presença no cenário esportivo francês se ampliou significativamente desde o início dos anos 2010: a profissionalização foi instituída, grandes clubes masculinos investem financeiramente e ajudam a estruturar essa economia, que é sustentada por um público crescente, tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Essas rápidas transformações, que impactam tanto as práticas amadoras quanto as de elite, convidam a um novo olhar e a novos questionamentos acerca da modalidade.

2. AVANÇOS RÁPIDOS QUE CONVIDAM A REFLETIR SOBRE A RECOMPOSIÇÃO DAS DESIGUALDADES MATERIAIS NO ACESSO DAS MULHERES AO FUTEBOL

Desde os anos 2000, diversos estudos têm se dedicado a destacar a marginalização material das mulheres no futebol, a dificuldade do acesso feminino às infraestruturas e aos recursos financeiros de seus clubes etc. Esses estudos evidenciam os mecanismos pelos quais as mulheres costumam ser materialmente prejudicadas em favor dos homens dentro dos clubes, onde esse rebaixamento material também está ligado a um rebaixamento simbólico. Essa marginalização pode se manifestar na alocação das mulheres a espaços periféricos,

na atribuição de campos em condições inferiores, na definição de horários menos funcionais e na distribuição desigual de recursos materiais (uniformes antigos) ou de recursos humanos (técnicos, dirigentes). Essa posição desfavorável no acesso às infraestruturas e aos recursos pode gerar condições de prática precárias, constituindo um obstáculo à permanência das mulheres no esporte.

Esses estudos, no entanto, por mais fundamentais que sejam, foram realizados majoritariamente antes do plano de feminização da FFF. Surge, portanto, a necessidade de reavaliar essas desigualdades materiais à luz das transformações recentes no esporte.

2.1. A PROFISSIONALIZAÇÃO NOS TEXTOS E NA PRÁTICA

Várias pesquisas atuais têm como foco inicial a dinâmica de desenvolvimento de uma economia do futebol feminino. Depois da tese de doutorado de Cassandre Rivrais, defendida em 2022,³ um número de revista dedicado à questão da profissionalização das mulheres no futebol foi organizado em 2024 por Cécile Ottogalli-Mazzacavallo, Virginie Nicaise e Guillaume Bodet. Os autores e autoras destacam o crescimento dos interesses comerciais e financeiros, com o aumento da audiência dos jogos, variável que, eles enfatizam, tem mostrado certa estagnação desde o início dos anos 2020. Eles lembram que, embora “a história do futebol praticado por mulheres seja, como em

3 Cassandre Rivrais, *“Je ne suis pas là pour danser”: études des carrières et des conditions de pratique des footballeuses en France et au Québec*, Tese de doutorado, Lyon 1, 2022.

outras modalidades esportivas, marcada por desigualdades de acesso, tratamento e reconhecimento [entre mulheres e homens]”, as recentes evoluções nas práticas femininas não encobrem o fato de que os desafios econômicos não se comparam aos que regem as práticas masculinas. Os autores destacam, por exemplo, que mesmo nas duas primeiras divisões nacionais, algumas jogadoras ainda vivem em situação economicamente precária, muitas vezes conciliando as atividades esportivas de alto rendimento com uma atividade profissional paralela.

A situação ambivalente das jogadoras profissionais é analisada por Bodin, Rivrais e Ottogalli-Mazzacavallo (2024) com base no caso das atletas do clube Olympique Lyonnais. Eles descrevem a dupla posição dessas jogadoras: ao mesmo tempo privilegiadas no universo do futebol feminino e desvalorizadas no espaço futebolístico global. Nesse estudo, os autores mostram como a melhora das condições materiais de treinamento influencia direta e significativamente os desempenhos e o reconhecimento simbólico. No entanto, esse círculo virtuoso permanece, por um lado, relativamente excepcional no mundo do futebol feminino francês e, por outro, limitado, pois, embora dominantes no espaço futebolístico feminino, no universo do futebol profissional como um todo as mulheres seguem subordinadas. Essa mesma conclusão é compartilhada por Luc Arrondel e Richard Duhautois⁴, que em 2020 dedicaram um estudo à avaliação

4 Luc Arrondel, Richard Duhautois, *Comme les garçons? L'économie du football féminin*. Paris: Rue d'Ulm, 2020, 184 p.

econômica da profissionalização do futebol feminino. A análise, que não se limita ao caso francês, demonstra até que ponto o futebol feminino continua sendo um “pequeno negócio” em comparação com o masculino.

Esses estudos, ao analisarem qualitativa e quantitativamente o desenvolvimento do futebol feminino profissional e ressaltarem a enorme distância que ainda o separa das modalidades masculinas, convidam à reflexão sobre as relações financeiras entre os setores femininos e masculinos dos clubes, ou seja, os fluxos de recursos entre esses dois subespaços generificados no futebol. Ainda que existam mecanismos legais que assegurem a redistribuição de recursos do esporte profissional para o amador,⁵ essas mesmas dinâmicas se aplicam às relações entre o futebol masculino e feminino? Esses dois subespaços estão ligados por relações de concorrência (por infraestruturas, pela atenção do público) ou de cooperação? A natureza dessas relações varia conforme a escala de análise (federação, clubes)? Embora não formule essas questões dessa maneira, Laurent Grün as aborda diretamente ao tratar da distribuição de recursos entre os setores feminino e masculino no âmbito de um clube (Grün 2024). Ele analisa os efeitos da profissionalização das jogadoras no FC Metz, entre 2014 e 2019, e questiona, em especial, o processo de formação que permite o acesso ao alto rendimento

5 Em 1999, foi implementado um mecanismo de compartilhamento de recursos entre o esporte profissional e o esporte amador, conhecido como taxa Buffet: uma parte dos direitos de transmissão dos campeonatos profissionais deve ser destinada às práticas amadoras.

desde muito jovem. Grün aponta os obstáculos que dificultam a distribuição equilibrada do acesso às instalações esportivas, aos recursos financeiros e ao suporte técnico. Interessando-se de perto pelos debates em torno dessas temáticas dentro do clube, ele mostra até que ponto, apesar de uma intenção explícita de tratamento igualitário, resistências persistem e perpetuam a visão das mulheres como secundárias, uma modalidade menos séria, menos digna de interesse. As próprias mulheres em cargos técnicos internalizam essa posição subalterna e se perdem na ilusão de uma igualdade que só se manifesta nos aspectos menos relevantes da formação – em detrimento das questões materiais, como meios de subsistência e autonomia financeira de atletas e treinadoras. No FC Metz, embora no período analisado haja uma profissionalização da formação e dos saberes (em termos de quantidade e qualidade dos treinos, disciplina nos cuidados com o corpo, perseverança, dedicação e definição de estratégias de desempenho), o autor não constata uma profissionalização propriamente dita, nem das atividades nem das pessoas responsáveis por elas.

2.2. DAS DESIGUALDADES MATERIAIS ÀS REPRESENTAÇÕES DIFERENCIADAS: O FUTEBOL FEMININO DE ELITE NA MÍDIA

Essas transformações econômicas são acompanhadas por uma crescente difusão midiática das práticas femininas, tema estudado sob a ótica de seus efeitos nas representações do futebol feminino junto ao grande público. Pesquisas realizadas na França sobre mídia e fute-

bol feminino (Ravel e Gareau 2016, Abouna 2018, Lapeyroux 2021) mostram que as jogadoras tendem a ser representadas por meio de imagens depreciativas ou sexualizadas. Essas análises constataam que os meios de comunicação retratam as atletas de acordo com as normas de gênero, insistindo em aspectos tradicionalmente valorizados nas mulheres (vida familiar, aparência) em detrimento de suas qualidades esportivas. Os estudos também insistem no fato de que essas representações reforçam estereótipos associados aos dois sexos e que a difusão dessas imagens caminha na contramão do objetivo igualitário e emancipador do desenvolvimento do futebol feminino.

Nessa perspectiva, destaca-se o trabalho de Natacha Lapeyroux, que combina análises qualitativas e quantitativas das representações midiáticas das atletas e se revela particularmente esclarecedor. Essa autora estuda a cobertura televisiva das Copas do Mundo de Futebol Feminino de 2007, 2011 e 2015 (Lapeyroux 2021). Em termos quantitativos, ela mostra que a difusão da prática feminina aumentou significativamente, acompanhada, no âmbito da recepção, por recordes de audiência desde 2003. Assim, esses torneios femininos se tornaram eventos esportivos rentáveis para anunciantes e emissoras. No entanto, esse crescimento na cobertura não impede uma representação diferenciada em relação às competições masculinas. As jogadoras continuam submetidas a exigências de feminilidade e a padrões de desejabilidade heterossexual. A autora também reflete sobre a cobertura midiática do esporte e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ingressar nas profissões ligadas ao jornalismo esportivo.

Apesar da dificuldade de demonstrar empiricamente os efeitos concretos da recepção dessas imagens, os dirigentes da FFF atribuem a elas um papel relevante e utilizam a comunicação como ferramenta para promover o futebol feminino amador. Assim, desde o lançamento do plano de feminização do futebol no início dos anos 2010, houve um forte investimento em divulgar as jogadoras de elite por meio da transmissão de partidas da seleção e da primeira divisão do campeonato feminino. O objetivo é tanto divulgar a modalidade quanto estimular a identificação com jogadoras de elite, encorajando a participação feminina no futebol.

De forma geral, essas representações midiáticas são objeto de interesse científico com base na convicção de que possuem efeitos sociais: os autores e autoras desses estudos atribuem a elas um potencial de reforço ou de contestação das normas e hierarquias de gênero.

3. PENSAR AS EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS DAS MULHERES NO FUTEBOL AMADOR

A questão da reprodução ou da subversão das normas de gênero estrutura os estudos franceses sobre o futebol feminino ao longo dos anos 2000 e 2010. Trata-se de refletir sobre o ambiente cultural no qual as jogadoras estão inseridas e no qual formam tanto suas aspirações futebolísticas quanto suas decisões de se envolver com a prática ou se afastar dela. Assim, os estereótipos e estigmas que pesam sobre as futebolistas são o foco das análises, e o objetivo é compreender como eles afetam as trajetórias e a construção identitária

das atletas (Abouna 2010), ou ainda os contextos de socialização que explicam improváveis decisões de envolvimento esportivo (Mennesson 2005). Esses trabalhos evidenciam a exigência de conformidade corporal imposta às jogadoras de futebol (Mennesson 2006), bem como as instruções contraditórias às quais elas são submetidas, entre a necessidade de desenvolver um corpo musculoso para atender às demandas do esporte e a exigência de um corpo esguio, conforme as normas de gênero que se aplicam a elas (Ottogalli-Mazzacavallo, Nicaise e Bodet 2021). Nessa perspectiva, trata-se de pensar conjuntamente o peso das representações, dos estereótipos e suas consequências concretas em termos de desigualdades na prática (sanções simbólicas aplicadas às mulheres, estigmas que desencorajam o engajamento duradouro etc.).

Embora os questionamentos recentes pareçam se concentrar mais nas práticas de alto rendimento, com um interesse renovado pelas condições materiais (profissionalização, acesso às infraestruturas etc.), esse enfoque material poderia ser aplicado também às práticas amadoras. De fato, as condições nas quais as jogadoras estão inseridas influenciam diretamente a atratividade da atividade esportiva e, conseqüentemente, sua propensão a manter o engajamento. Assim, parece útil abordar tanto as práticas amadoras quanto as profissionais pelo prisma de suas condições materiais de existência, de sua organização e dos recursos que lhes são destinados — elementos que moldam concretamente as experiências cotidianas das jogadoras.

Utilizando bases de dados quantitativas sobre atletas federais (homens e mulheres) da FFF, bem como sobre as infraestruturas

esportivas disponíveis, tentei medir a relação estatística entre a disponibilidade de infraestruturas em um território (seu número em relação ao número de federados que as utilizam) e o desenvolvimento do futebol feminino nesse território (Martin 2021). O objetivo era refletir sobre os determinantes materiais, e não apenas simbólicos, que influenciam o desenvolvimento do futebol feminino. Também era uma forma de abordar a disseminação da prática a partir da perspectiva da oferta esportiva, e não apenas da demanda, ou seja, do desejo das mulheres de praticarem futebol. Embora tenha sido difícil, com os dados disponíveis, concluir pela existência de uma relação estatística entre disponibilidade de campos de futebol e proporção de mulheres entre os praticantes, esse trabalho abre caminho para reflexões sobre os efeitos das condições de jogo para as jogadoras amadoras.

Dando continuidade a essa abordagem centrada nas infraestruturas, propus-me a estudar a regulamentação das práticas femininas (Martin 2022). Muito concretamente, observar a evolução dos regulamentos esportivos voltados às mulheres permite compreender os contornos da experiência esportiva que lhes é proposta, ou pelo menos tal como é concebida pelos dirigentes das instâncias federativas. Ao me debruçar sobre os regulamentos que determinam a estrutura das categorias competitivas femininas, observei que as reflexões federativas sobre as mudanças são pautadas tanto pelo objetivo de desenvolver o futebol feminino e melhorar as condições de prática das jogadoras quanto por uma preocupação de controle sobre elas, visando moldar sua socialização de gênero. Assim, por trás da

instauração de práticas não mistas desde a infância, percebe-se a intenção de evitar o isolamento de meninas em equipes masculinas e a (suposta) construção de atitudes de gênero não normativas. Trata-se, ao contrário, de promover sua socialização esportiva ao lado de outras meninas. Paralelamente, o projeto de não permitir que adolescentes de 15 anos integrem equipes adultas encobre — além do objetivo de desenvolver categorias de base — o desejo de mantê-las afastadas do convívio com adultos e de seus comportamentos considerados desviantes (consumo de álcool e sexualidade homossexual, em especial). Assim, essas mudanças regulamentares não devem ser compreendidas apenas sob o ponto de vista esportivo: explicá-las exige captar de que forma elas servem ao controle das interações e da socialização das jogadoras. Na prática, essa reflexão se beneficiaria de um estudo aprofundado sobre como esses regulamentos são aplicados concretamente e quais são as reais condições de socialização das futebolistas amadoras.

4. O ENRIQUECIMENTO DAS PERSPECTIVAS E DAS ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS SOBRE O FUTEBOL FEMININO

De forma mais ampla, as transformações recentes do futebol feminino e a abertura para outras abordagens sociológicas convidam à renovação dos questionamentos e à inclusão de novos objetos de estudo.

Em primeiro lugar, até aqui falamos apenas de jogadoras, deixando de lado a análise de outras categorias federadas. Na realidade, diversos trabalhos começam a se abrir a esses outros aspectos

da modalidade. É o caso, por exemplo, de Lucie Le Tiec, que estuda árbitras de alto desempenho (Le Tiec 2016). Partindo de uma observação participante de sete anos como árbitra nacional, a autora mostra como os testes físicos são excludentes para as mulheres que aspiram à arbitragem de alto desempenho, e como os mecanismos de cooptação jogam contra elas, de modo que aquelas que conseguem chegar ao topo permanecem exceções, apesar das políticas de apoio às carreiras femininas na arbitragem. Da mesma forma, mesmo que o plano de feminização da FFF no começo dos anos 2010 incluísse o objetivo de feminizar as instâncias dirigentes em todos os níveis, as voluntárias e as dirigentes federadas seguem pouco estudadas, assim como as mulheres que atuam no treinamento técnico das jogadoras.⁶

Além disso, ainda que a situação das jogadoras seja primeiramente abordada sob o ponto de vista de gênero, enquanto praticantes minoritárias de um esporte historicamente e simbolicamente masculino, o futebol feminino também merece ser pensado a partir de suas heterogeneidades. Para além das diferenças de idade, nível técnico e condições materiais, trata-se também de um ambiente onde se constroem relações sociais. Um ambiente atravessado, como outros, por hierarquias de raça, classe, gênero e sexualidade. Compreender de que forma a marginalização simbólica das jogadoras se articula com (reforça, recompõe, invisibiliza) essas dinâmicas internas ao campo seria um aprofundamento valioso, trazendo o olhar

6 Com a notável exceção do trabalho de H. Juskowiak, J. Bréhon e O. Hidri Neys (2021) sobre o caso de uma pioneira, Corine Diacre, primeira mulher a treinar, na França, uma equipe profissional masculina.

das Ciências Sociais a temas amplamente politizadas, como o uso do véu no esporte, por exemplo.

Por fim, embora os mecanismos de marginalização simbólica das jogadoras sejam bem descritos, as lutas cotidianas e organizadas que elas travam ainda são pouco estudadas. Apesar dos obstáculos à mobilização das esportistas, conforme demonstrado de forma convincente por Mennesson (2012), formas de resistência são observáveis tanto na França quanto no exterior. Para além das mobilizações visíveis e de grande escala, que formas de luta diária são conduzidas localmente pelas jogadoras? A prática não mista é favorável ao desenvolvimento de uma consciência das desigualdades, de uma socialização feminista? Mais amplamente, se práticas esportivas são vistas como potencialmente emancipadoras para as mulheres, como essa emancipação se constrói concretamente? Como ela se manifesta?

CONCLUSÃO

A leitura desses trabalhos, em sua diversidade de abordagens e objetos, revela um ponto de convergência tão central quanto implícito. O que perpassa essas pesquisas é a convicção de que, por trás das restrições materiais e das barreiras simbólicas à prática do futebol pelas mulheres, o que está em jogo não é apenas a possibilidade de praticar um esporte em boas condições. O que está realmente em jogo, e que fundamenta o interesse desses estudos, é a ideia de que a prática esportiva (especialmente o futebol, esporte de grande visibilidade no contexto francês, muito comentado e acompanhado) pode

ser um espaço de contestação da ordem de gênero, de emancipação individual e coletiva. O que implicitamente estrutura esses trabalhos e lhes confere importância é a certeza de que, quando as mulheres entram nos espaços esportivos e se tornam legítimas dentro deles, um sistema inteiro de reprodução de normas de gênero começa a se desgastar, oferecendo perspectivas de reconfiguração de hierarquias e margens de manobra individuais. Isso também ocorre quando visibilidade midiática das principais jogadoras introduz no espaço público a imagem de corpos femininos musculosos e atléticos. Uma diversidade de modelos se torna visível, abrindo uma pequena brecha na reprodução das normas corporais e estéticas. Esse poder emancipador do esporte é de fato o que faz do estudo do futebol feminino um verdadeiro esporte de combate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOUNA, Marie Stéphanie. 2010. “‘Féminisation’ du football et constructions des identités sexuées: des dynamiques et accompagnements de(s)-ordres du genre”. Tese de doutorado em Sociologia, Brest. <https://theses.fr/2010BRES1021>.

ABOUNA, Marie Stéphanie. 2018. “Internet et mise en visibilité du football féminin en France: entre avancées et paradoxes”. *Communiquer. Revue de communication sociale et publique*, (22): 49-66. <https://doi.org/10.4000/communiquer.2576>.

ARRONDEL, Luc e Richard Duhautois. 2020. *Comme les garçons? L'économie du football féminin*. 1a. edição. Paris: Rue d'Ulm.

BODIN, Théo, Cassandre Rivrais e Cécile Ottogalli-Mazzacavallo. 2024. “Être une femme et jouer à l’Olympique Lyonnais: essai d’histoire d’un club atypique”. *Staps*, 145(2): 29-48. <https://doi.org/10.3917/sta.145.0029>.

GRÜN, Laurent. 2024. “Professionaliser la section filles au sein d’un club de football professionnel ‘historique’: les équipes féminines du FC Metz (2014-2019)”. *Staps*, 145(2): 67-82. <https://doi.org/10.3917/sta.145.0067>.

JUSKOWIAK, Hugo, Jean Bréhon e Oumaya Hidri Neys. 2021. “‘Comme un garçon...’: Corinne Diacre, un·e entraîneur·e de football professionnel comme les autres?”. *Staps*, 131(1): 45-63. <https://doi.org/10.3917/sta.131.0045>.

LAPEYROUX, Natacha. 2021. “Représentations télévisuelles des Championnats du monde de football des femmes en France: entre stéréotypes et innovations transgressives”. *Staps*, 131(1): 85-101.

LE TIEC, Lucie. 2016. “Les arbitres féminines sur la touche? Conditions d’entrées et de déroulement de carrières des femmes arbitres de football”. *Marché et organisations*, (27): 131-48.

MARTIN, Camille. 2021. “Des stades moins disponibles pour les femmes? Difficultés d’accès aux infrastructures et développement du football féminin en France”. In: *Sport-Arenen – Sport-Kulturen – Sport-Welten, Deutsch-französisch-europäische Perspektiven im „langen“ 20. Jahrhundert*, por Dietmar Hüser, Paul Dietschy e Philipp Didion. Stuttgart: Franz Steiner Verlag. 143-152..

MARTIN, Camille. 2022. “Développer le football, moraliser les joueuses: La socialisation de genre des joueuses au cœur de la politique sportive”. *Agora débats/jeunesses* 90(1): 87-101. <https://doi.org/10.3917/agora.090.0087>.

MENNESSON, Christine. 2005. *Être une femme dans le monde des hommes: socialisation sportive et construction du genre*. Sports en société. Paris: L'Harmattan.

MENNESSON, Christine. 2006. “Le gouvernement des corps des footballeuses et boxeuses de haut niveau”. *Clio. Femmes, Genre, Histoire*, 23: 179-96. <https://doi.org/10.4000/clio.1898>.

MENNESSON, Christine. 2012. “Pourquoi les sportives ne sont-elles pas féministes?” *Sciences sociales et sport* 5(1): 161-191.

OTTOGALLI-MAZZACAVALLLO, Cécile, Virginie Nicaise e Guillaume Bodet. 2021. “Football et femmes en France: une longue route (encore) semée d’embûches...”. *Staps*, 131(1): 5-11. <https://doi.org/10.3917/sta.131.0005>.

OTTOGALLI-MAZZACAVALLLO, Cécile, Virginie Nicaise e Guillaume Bodet. 2024. “Être footballeuse et en faire son métier en France: conditions d’émergence et de développement d’un statut (encore) fragile”. *Staps*, 145(2): 7-18. <https://doi.org/10.3917/sta.145.0007>.

RAVEL, Barbara e Marc Gareau. 2016. “‘French Football Needs More Women like Adriana’? Examining the Media Coverage of France’s Women’s National Football Team for the 2011 World Cup and the

2012 Olympic Games”. *International Review for the Sociology of Sport* 51(7): 833-847. <https://doi.org/10.1177/1012690214556912>.

RIVRAIS, Cassandre. 2022. “‘Je ne suis pas là pour danser’: études des carrières et des conditions de pratique des footballeuses en France et au Québec”. Tese de doutorado em STAPS, Lyon 1. <https://theses.fr/2022LYO10105>.

TIEC, Lucie Le. 2016. «Les arbitres féminines sur la touche? Conditions d’entrées et de déroulement de carrières des femmes arbitres de football ». *Marché et organisations*, no 27 (septembre), 131-48.